

Exportações: Cacex manipulou as contas

Economistas do Banco Boavista dizem que a contabilidade da Cacex favorece artificialmente o superávit comercial apresentado aos nossos credores

Documento do Banco Central, distribuído recentemente aos bancos internacionais, revela que o saldo comercial efetivo do Brasil nos dois primeiros meses deste ano foi US\$ 898 milhões e não de US\$ 1,44 bilhão, como divulgou a Cacex, resultando numa diferença superior a US\$ 540 milhões.

A informação está contida na Carta Económica de abril do Banco Boavista e é confirmada ontem pelo economista José Afonso Lamy, um dos autores da publicação do banco. A Carta também questiona os resultados apresentados em março pela Cacex, que situam o saldo comercial do mês passado em pouco mais de US\$ 1 bilhão.

No documento, assinado por Lamy e pelo economista Antônio Carlos Lemgruber, os autores explicam que o saldo comercial divulgado pela Cacex mensalmente informa apenas o fluxo de embarque e desembarque de mercadorias em valor, sem considerar os ingressos e saídas efetivas de divisas resultantes desse movimento.

"As exportações em grande parte são pré-financiadas" — diz a carta — "proporcionando a entrada de dólares alguns meses antes do embarque das mercadorias. As importações, por outro lado, são regulamentadas pela Resolução nº 767, que exige o finanziamento de boa parte dos produtos importados, gerando uma saída de dólares alguns meses depois do desembarque das mercadorias." Esse movimento descompassado, segundo os economistas, "pode ocasionar diferenças substanciais entre o resultado na forma accrual (entrada e saída física de mercadorias) e o mesmo resultado em base cash (entrada e saída efetiva de dólares)."

Os autores da Carta Económica chamaram a atenção para o fato de que a posição de fluxo de caixa do País ainda é delicada, apesar dos alívios conseguidos com os recentes ingressos de recursos externos. Essa situação, diz a Carta, "exige um acompanhamento de perto da balança comercial em base cash (entrada e saída efetiva de divisas).

"Visto sob a ética da entrada de dólares, o saldo da balança comercial do início do ano ainda causa alguma preocupação", afirmam os economistas. "Em janeiro e fevereiro, o País acumulou um superávit comercial de US\$ 1.441 milhões, segundo os dados divulgados pela Cacex. No entanto, a entrada de divisas relativa ao saldo comercial nesses dois meses — segundo documento distribuído recentemente aos bancos internacionais — foi de apenas US\$ 898 milhões, que representam não mais do que 62% do resultado accrual (baseado apenas na entrada e saída física de mercadorias) da balança comercial.

Acompanhamento

"Esta situação" — diz ainda o documento — "pode se revertir com a maior confiança na política cambial e a redução das expectativas de uma máx. que já vem ocorrendo nas últimas semanas. Isso levaria os exportadores a incrementar os adiantamentos sobre contratos de câmbio, pré-financiando suas vendas ao Exterior, o que apresaria a entrada de dólares referentes a exportações futuras e poderia melhorar o perfil do saldo comercial Cash."

Diz ainda que "de qualquer forma, a posição ainda delicada do fluxo de caixa do País exige um acompanhamento de perto da balança comercial em base Cash. Nesse sentido, seria importante que a Cacex divulgasse, a cada mês, não somente o saldo Accrual das contas comerciais, mas também a entrada efetiva de dólares ocasionada pelo superávit comercial. Por exemplo, o saldo da balança comercial de março foi de US\$ 1.002 milhão em base Accrual, mas o saldo Cash não foi divulgado".

Um problema que o Banco Mundial pode resolver?

O temor de que surjam novas crises financeiras internacionais, nos próximos meses, já está gerando esforços diplomáticos para dar ao Banco Mundial um papel mais amplo na ajuda aos países em desenvolvimento com problemas de endividamento. Este esforço vem sendo liderado até agora pela França, pelo Canadá e pela Grã-Bretanha. Os EUA, membro mais poderoso do Banco Mundial e de sua instituição gémea, o FMI, ainda não se comprometeram com este objetivo.

A escassa margem pela qual a Argentina escapou da moratória em março último desencadeou uma nova onda de preocupações com as dívidas dos países em desenvolvimento. Um dos principais motivos dessa preocupação é o fato de que, no final de 1985, vencem os prazos dos empréstimos feitos pelo FMI ao México e ao Brasil, cujas dívidas são muito elevadas e que pouco tempo depois vão enfrentar também os vencimentos de grandes parcelas emprestadas pelos bancos comerciais.

Seria pouco razoável acreditar que esses países poderão cumprir seus compromissos ao fim dos programas do FMI — disse uma fonte à agência de notícias Latin Reuter.

Dante disso, especialistas de vários países estão sugerindo que o Banco Mundial passe a conceder mais empréstimos em termos semelhantes aos do FMI e menos recursos para projetos específicos, que atualmente representam a maior parte de sua ajuda. Essa mudança, acreditam os técnicos, contribui para equilibrar os déficits dos balanços de pagamentos dos países endividados.

Os empréstimos do FMI, em geral, têm prazos mais curtos que os do Banco Mundial e estão mais diretamente controlados pelas principais nações industrializadas. O controle político sobre os empréstimos do banco são bem menos rígidos, o que permitiria oferecer aos países endividados uma assistência financeira a prazo mais longo, que poderia servir de base para a continuidade das medidas econômicas adotadas sob a orientação do FMI.

Em Roma, porém, um estudo elaborado pela Comunidade Económica Europeia e pelo Instituto para a África, América Latina e o Oriente Médio concluiu que os países em desenvolvimento do Terceiro Mundo não podem esperar nenhuma solução para seu enorme endividamento externo e provavelmente se verão obrigados a enfrentar esta situação com escassa ajuda dos países ricos e com drásticos programas de austeridade. O estudo atribui parte da culpa pela situação atual ao protecionismo dos países ricos, que, no entanto, se beneficiaram do crescimento das importações do Terceiro Mundo durante a década de 70, que muito os ajudou a superar os problemas causados pela crise do petróleo.